

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 04 MAR 2020 Protocolo: 441/20 Processo: 441/20</div>		Nº 441/20
	PROJETO DE LEI		
AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL			
<p>“Dispõe sobre o abandono material e afetivo da pessoa idosa e dá outras providências.”</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:</p> <p>Art. 1º Fica vedado o abandono afetivo da pessoa idosa no Estado de Rondônia pela omissão de cuidados, de visitas, de acompanhamento, ou a negligência emocional e o esquecimento, ou por não prover as necessidades básicas, ou ainda, pela adoção intencional de qualquer tipo de tratamento desumano por alguém que por lei ou mandado judicial deva prestar à pessoa idosa, em unidades de saúde ou quaisquer entidades especializadas no atendimento à pessoa idosa ou congêneres.</p> <p>Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei cominará ao infrator a pena prevista no art. 98 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.</p> <p>Art. 3º Considera-se para os efeitos desta lei abandono afetivo, a ação ou omissão que caracterize o descompromisso de quem por lei ou mandado judicial, definitiva ou temporariamente, deva se responsabilizar pela pessoa idosa para lhe suprir as necessidades básicas ou afetivas como:</p> <ul style="list-style-type: none">I – a falta de visitas periódicas;II – o não comparecimento nas datas comemorativas da vida da pessoa idosa;III – ausência de contato telefônico ou por quaisquer outras tecnologias de comunicação;IV – não prestar assistência afetiva, familiar, financeira, médica, sanitária, ou qualquer outra que deva por respeito à dignidade da pessoa idosa.V – situações que guardem similaridade para as quais a autoridade competente reconheça como abandono afetivo de idosos. <p>Art. 4º As unidades de saúde ou quaisquer entidades especializadas no atendimento à pessoa idosa ou congêneres, públicas ou privadas, deverão comunicar a prática do abandono afetivo da pessoa idosa que ocorrer em suas dependências, ao Ministério Público para a adoção das devidas providências.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO			Nº
	PROJETO DE LEI		
AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL			
<p>Parágrafo único. As denúncias serão realizadas por qualquer profissional das entidades em que o idoso esteja sendo mantido ou por qualquer outra pessoa que tome conhecimento da situação de abandono afetivo da pessoa idosa.</p> <p>Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.</p> <p>Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das deliberações, 19 de fevereiro de 2020.</p> <p>EYDER BRASIL <i>Deputado Estadual – PSL</i> <i>Líder de Governo</i></p>			




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO			Nº
	PROJETO DE LEI		
AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p style="text-align: center;">Excelentíssimos Parlamentares;</p> <p>O presente projeto de lei tem por finalidade combater o abandono material e afetivo da pessoa idosa e dá outras providências, no âmbito do Estado de Rondônia.</p> <p>A lei reforça a defesa dos direitos da pessoa idosa, uma vontade manifesta na Constituição Federal, ratificada pelo Estatuto do Idoso. Sua necessidade vincula-se a uma lamentável realidade percebida em que pessoas idosas sofrem por ação ou omissão do provimento de alimentos ou necessidades mínimas do idoso no plano material, ou a ausência de afeto no convívio ou pelo isolamento em entidades de repouso ou de saúde. Uma crueldade que proporciona danos irreversíveis à psique dessas pessoas, causando-lhes sentimentos de desprezo, angústia, depressão, mediante submissão a condições degradantes ou humilhantes de subsistência.</p> <p>Assim, dados estatísticos do Ministério dos Direitos Humanos apontam um alto índice de negligência ou abandono familiar, violência, abuso financeiro e violência física. A Constituição Federal de 1988 e a legislação infraconstitucional, em especial o Estatuto do Idoso, reconhecem a vulnerabilidade dos idosos e visam a assegurar especial proteção a essa parcela da população.</p> <p>Por esta razão, é dever da família e da sociedade amparar a pessoa idosa garantindo direitos estabelecidos no ordenamento jurídico. Também há a obrigação de respeito e afeto para com o idoso que não é regulamentada e que deve ser cumprida pela família, mas há muitas pessoas idosas que vivem abandonadas por seus familiares em asilos ou vivendo da caridade alheia. Isso ocorre porque a família descumpriu o seu dever de cuidado e proteção, caracterizando o abandono afetivo.</p> <p>Aclaramos que, o artigo 98 da Lei Federal nº 10.741/2003 do Estatuto do Idoso tipifica como crime o abandono o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO			Nº
		PROJETO DE LEI	
AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL			
<p>Assim, o combate ao abandono material e afetivo da pessoa idosa no âmbito do Estado de Rondônia é imprescindível. Portanto, solicitamos aos Nobres Pares apoio à presente proposição.</p> <p>Plenário das deliberações, 19 de fevereiro de 2020.</p> <p> EYDER BRASIL Deputado Estadual – PSL Líder de Governo</p>			